



“NAQUELA ÉPOCA NÃO SE OUVIA FALAR DE DESAPARECIDO”: FAMÍLIA E MATERNIDADE NA MILITÂNCIA DO DESAPARECIMENTO DE PESSOAS NO BRASIL

Eduardo Martinelli Leal ¹

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSUL, Campus Charqueadas/RS, Brasil

Introdução

Entre os anos de 1995 e 1996, depoimentos de familiares empunhando cartazes de pessoas desaparecidas nas escadarias da Igreja da Candelária eram apresentados em cadeia nacional pela Rede Globo, no Rio de Janeiro, enfatizando o sofrimento e as circunstâncias dos desaparecimentos que envolviam seus familiares. Tratava-se da novela *Explode Coração*, na qual a personagem Odaísa (Isadora Ribeiro) vivia o drama de ter seu filho Gugu (Luiz Cláudio Júnior) desaparecido.

O menino de 5 anos, que circulava livremente nas proximidades de sua residência, é atraído para um carro preto com vidros escuros que rondava há dias a região. Gugu estava desaparecido. Ao registrar a ocorrência na delegacia no mesmo dia, o policial ignora os apelos da mãe, recomendando que ela vá para a casa até que o filho retorne espontaneamente. Indignada com a negativa, ela discute com o policial que lhe cobra: “onde a senhora estava quando ele desapareceu?”.

Em 9 de março de 1996 foi ao ar o episódio em que as mães da Cinelândia são entrevistadas pela repórter Ione (Deborah Evelyn). Odaísa aparece em uma das cenas nas escadarias da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro-RJ, segurando um cartaz com a foto do filho, junto com outras mães que viviam o drama real à época.

Odaísa retorna à delegacia com a suspeita de um carro no qual o filho teria sido visto, mas o policial se recusa a investigar. Em outra oportunidade, o delegado indaga a mãe sobre novas notícias do caso, pois teria poucas

pessoas para o trabalho policial e só poderia investigar com provas. Odaísa implora e o delegado explana sobre a dificuldade de resolver esse tipo de caso, seja no Rio de Janeiro, ou no resto do Brasil.

Odaísa organiza uma manifestação com seus vizinhos, fechando a rua de sua casa, com a cobertura da imprensa. A foto da criança é publicada no jornal e cartazes são distribuídos. Todos passam a seguir a pista do carro preto, no qual uma mulher disse ter visto uma pessoa tirando fotos da criança. Gugu foi sequestrado. A mãe também lembra que o filho apareceu uma semana antes com um carrinho novo, mas que ele não sabia dizer quem lhe havia dado. Odaísa procura uma cigana para que ela leia as cartas, que então confirma que o menino está vivo, mas que poderia estar correndo riscos e também que não sabia dizer se ele voltaria.

Odaísa já não consegue trabalhar, tendo que pedir ajuda financeira para andar de ônibus atrás do filho. As cenas em que ela ou o filho aparecem são ambientadas com uma trilha sonora triste. Em uma das cenas, o menino está no aeroporto prestes a embarcar para o exterior na companhia de um casal estrangeiro, mas Gugu foge e passa a vagar pelas ruas. Depois, o menino entra em um caminhão de mudança atrás de seu cachorro e é levado para o centro de São Paulo, onde começa a mendigar. Gugu é reconhecido por um homem, mas foge, assim como em outras oportunidades, como, por exemplo, quando é explorado por uma mulher que o obriga a pedir dinheiro nas ruas passando-se por seu filho.

O envolvimento do companheiro Geraldo (Gracindo Júnior) e a cumplicidade da vizinha Soninha (Paula Lavigne), que temia falar, vão sendo revelados no desenrolar da trama. Percebendo o temor de Soninha em revelar o que sabia sobre o caso, sua patroa busca a ajuda de um promotor e um investigador. Eles descobrem que o companheiro de Odaísa havia vendido o filho dela para uma quadrilha que comercializava crianças para a adoção internacional. Quando Geraldo é preso, ele afirma que Gugu foi vendido para "seu bem" a um casal alemão. Gugu é encontrado no último episódio.

A ficção não só reconhece a realidade, mas também a potencializa, em um período em que a televisão era um lócus privilegiado de produção de interpretações sobre o Brasil (Hamburger 2011). A novela faz referência à participação das "Mães da Cinelândia", do Rio de Janeiro, as principais motivadoras para a inserção do tema. Na cena da entrevista, ao fundo, cartazes como "o próximo poderá ser seu filho" ou "a ausência dói tanto quanto o descaso das autoridades" dão o tom do protesto. Além dos movimentos de mães do Rio de Janeiro, nas cenas da novela vemos mães que se tornaram protagonistas na luta pelo reconhecimento do problema do desaparecimento nos últimos vinte anos. O final de cada episódio da novela era seguido de mais depoimentos reais sobre casos de desaparecimento.

Considerando que a televisão já alcançava, desde 1991, 99% do território nacional e 74% dos domicílios, a novela das 9 horas teve uma audiência geral de 47%.¹ No final daquele mês (março de 1996), Célio de Almeida Garcia Júnior, de 13 anos, foi localizado graças à novela. O menino teria sido levado pelo pai para Mato Grosso há dez anos. A parceria da emissora com a organização não governamental do Rio de Janeiro, o Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente –CBDDCA, teve como resultado o encontro de mais de 60 pessoas desaparecidas, segundo dados da emissora.

A atuação da autora da novela, Glória Perez, foi fundamental para a representação do desaparecimento. Glória Perez viveu o drama de ter sua filha, a atriz Daniella Perez, assassinada em 1992 pelo ator Guilherme de Pádua e sua mulher, Paula Thomaz. À época, os dois atores trabalhavam na novela *De corpo e alma*, que havia sido escrita por Glória Perez. Depois do contato estreito entre Glória Perez e os movimentos de mães durante a novela *Explode Coração*, a autora passou a ter o apoio delas e de outros movimentos em sua própria luta: a condenação de Guilherme de Pádua por homicídio qualificado,² em julgamento ocorrido em 1997.

Entre as ações de protesto contra os assassinos da filha foram organizados, antes do julgamento, uma caminhada na Avenida Atlântica, uma missa, panfletagens e *outdoors*. A campanha de marketing trazia o rosto de Daniela estampado e os dizeres: "e se fosse sua filha? chega de impunidade", tendo sido coordenada pelo Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e patrocinada por empresários. A caminhada contou com a participação das Mães da Cinelândia, das Mães de Acari, da Associação de Vítimas da Violência, do Movimento pela Vida, de fãs e atores de novelas e entidades de Direitos Humanos.³

Neste artigo analiso as condições históricas do surgimento da militância a partir da trajetória de três mães engajadas na causa do desaparecimento no Brasil, através de entrevistas semiestruturadas, de pesquisa bibliográfica e de pesquisa documental no *Jornal do Brasil*,⁴ dada a amplitude temporal e a abrangência do material disponível. Enfatizo como a emergência da militância esteve atrelada à construção de um drama familiar no qual as mães ocupam um papel protagonista.

Não pretendo definir o desaparecimento levando em consideração suas possíveis causas, como as categorias desaparecimento político ou civil (Oliveira 2012) ou forçado (Araújo 2016). Entendo o desaparecimento como um fenômeno complexo, multifacetado e polissêmico, no qual o Estado é apenas um de seus atores no reconhecimento e no governo, uma vez que outros atores humanos e não humanos emergem dessa disputa por meio de

suas definições e suas correspondentes prescrições sobre a realidade social (Leal 2017). A experiência do desaparecimento tal como é construída pelo movimento de familiares aqui descrito não se prende a categorias que a adjetivem, pois estas supõem causalidades que não podem ser averiguadas, mas também não se identificam necessariamente com o movimento de familiares que buscam os desaparecidos no período da ditadura no Brasil (1964-1985).

Condições históricas da militância

Para compreender os movimentos que se utilizam da maternidade como elemento legítimo na denúncia da violência urbana e do desaparecimento, passo a refletir sobre as condições de possibilidade da emergência da militância na causa do problema do desaparecimento no Brasil.

A partir de uma abordagem histórica sobre a constituição de um campo de atuação protagonizado por familiares de pessoas desaparecidas, organizações não governamentais e de outros atores, tento reconstruir o contexto de tensões, alianças e oposições que vigoraram a partir dos anos 90 no Brasil, período fundamental para a constituição do desaparecimento como um fenômeno autônomo, não redutível às suas causas.

Na América Latina, organizações de mães, como as "Mães da Praça de Maio", na Argentina, já existiam desde o final dos anos 70, constituindo-se como um movimento legítimo no espaço público na enunciação do desaparecimento praticado pelo Estado. Interpelando o Estado como mães, elas buscavam respostas sobre o desaparecimento forçado de seus filhos, rotulados como "subversivos", devido à sua luta contra o regime ditatorial, o que justificou a retirada dos filhos das "mães más" que nasciam em cativeiro e eram encaminhados para adoção para sua "regeneração" através da educação pelos "bons pais" (Regueiro 2015).

Nos anos 90, o país passava por um período de intensa participação da sociedade civil na definição de novas formas de gestão da cidadania, fosse a partir da luta por eleições diretas, fosse na construção da nova Constituição, a chamada "Constituição Cidadã", uma vez que esta expressava os anseios de diferentes grupos da sociedade até então alijados da construção de um pacto democrático. Essas condições foram sendo construídas durante os anos 80, quando os movimentos sociais, articulados com organizações não governamentais internacionais, atuavam contra o Estado, denunciando o caráter excludente de suas políticas (Maccafani 2007).

A mobilização familiar em torno do desaparecimento iria se alicerçar especialmente nas mobilizações de familiares de vítimas da violência em capitais como o Rio de Janeiro e São Paulo. Por trás da denúncia desses familiares estava a violência urbana, muitas vezes perpetrada pelo próprio Estado na figura de suas instituições de segurança.

Araújo (2014) caracteriza a década de 90 como a "era das chacinas" ao se referir à repercussão nacional e internacional da mobilização social produzida especialmente a partir do desaparecimento de 11 pessoas da favela de Acari-RJ, em 1990. Os corpos das vítimas nunca foram encontrados e as "Mães de Acari" passaram a tomar o cenário público com "práticas de luto e reivindicativas de justiça", dando visibilidade nacional e internacional à universalidade dos direitos humanos no Brasil. Araújo (2008) argumenta que as "Mães de Acari" elaboraram "tecnologias de protesto" para dar visibilidade pública à sua causa e "tecnologias de defesa" no sentido de lidar com as desqualificações públicas de suas identidades, atentando para sua tripla condição de gênero (mulher/mãe), classe (pobre) e socioespacial (faveladas).

As estratégias utilizadas pelas mães de Acari se iniciam com os depoimentos-testemunhos, passam por práticas de luto e reivindicação de justiça, depois a denúncia à Anistia Internacional⁵ a partir das redes locais e posteriormente a denúncia nos meios de comunicação e registro em livros. As mães de Acari realizaram cerimônias, missas, passeatas, homenagens, seminários e protestos, agregando cada vez mais outras vítimas da violência no Rio de Janeiro. Araújo (2008) argumenta que a denúncia foi se transformando progressivamente e o caso exemplar dos desaparecidos de Acari foi se generalizando em casos exemplares de violência policial, a exemplo da repercussão dos acontecimentos posteriores, como as chacinas de Vigário Geral, com 21 assassinados, e da Candelária, com sete crianças e adolescentes assassinados, ambas em 1993.

Freitas (2002) argumenta que a organização "Mães da Cinelândia", formada por mães de classe baixa, aliadas a outros movimentos como o das "Mães de Acari" e o das "Mães da Candelária", atuava no cenário do Rio de Janeiro na busca de justiça em decorrência de um acontecimento violento praticado contra seus filhos, construindo a imagem das mães que lutam e formam redes de solidariedade e reciprocidade. O sofrimento é então significado pelas dores corporais e pelas imagens atreladas à maternidade, fonte de poder e identidade no contexto de mobilização.

As "Mães da Cinelândia" se unem à luta das "Mães de Acari" em função do desaparecimento de seus filhos. Embora a mobilização comece com a causa do desaparecimento, os dois movimentos aparecem diversas

vezes associados a eventos relacionados ao combate à violência no Rio de Janeiro. As "Mães de Acari" se mobilizaram desde o desaparecimento dos seus filhos em ações de denúncia da violência policial, motivo pelo qual a líder do movimento, Edméia da Silva Euzébio, teria sido assassinada a tiros em 1993.

As mobilizações são engendradas não só pelos eventos violentos da polícia contra as populações marginalizadas das favelas, mas também por episódios envolvendo a população dos bairros nobres, como a "Ação da Cidadania contra a Violência", criado por familiares de Sérgio Augusto de Figueiredo, vítima de um latrocínio no bairro do Leblon, em 1994. Além da mobilização dos familiares buscando justiça, algumas das ações apoiavam promotores e delegados na desarticulação de esquemas de corrupção envolvendo policiais com grupos de extermínio, jogo do bicho e traficantes de drogas.

Em maio de 1995, o *Jornal do Brasil*⁶ publicou uma reportagem sobre um protesto dos dois movimentos contra a paralisação das investigações sobre o desaparecimento de seus filhos. Elas distribuíram panfletos em frente a serviços públicos onde estavam instalados *outdoors* com a mensagem "a próxima pode ser a sua filha", junto com o retrato de oito meninas desaparecidas há dois anos. Em outra reportagem, a comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal expressou apoio, por meio de um manifesto, à ocupação da Praça da Cinelândia pelas "Mães da Cinelândia", que naquela data completavam oito meses de protesto pelo desaparecimento de 35 meninas no Grande Rio. Elas pediam empenho na investigação e "ampla reforma no Código Penal".

Dois meses depois, o *Jornal do Brasil*⁷ noticiou uma "Caminhada pela Vida", que trazia como lema a bandeira "queremos paz". Foram distribuídos panfletos com fotos das filhas "sequestradas" das "Mães da Cinelândia". Na reportagem, a mãe de Acari, Vera Lucia Flores Leite, então com 46 anos e mãe de Cristiane Leite de Souza, que completaria naquele mês cinco anos de desaparecimento, disse: "Estou aqui para dar uma força para elas. O grupo [Mães da Cinelândia] ainda é muito frágil. Talvez porque essas mães ainda tenham no coração a esperança de reencontrar as filhas". A dissociação ou a ambiguidade entre a força para a luta e a esperança do encontro é um aspecto relevante para pensar este contexto, no qual a luta era necessária, a despeito de seus resultados.

Apesar das alianças, o recorte de classe desses movimentos era evidente. Em 10 de novembro de 1995, as mães de Acari e da Cinelândia e outros movimentos aceitaram participar da caminhada organizada pelo movimento "Reage Rio" e de um amplo número de organizações em troca do apoio à

intensificação da campanha pelo desarmamento e a criação urgente de uma delegacia para desaparecidos. Uma das mães da Cinelândia, Regina Lucia Peçanha Reis, mãe de Karen, desaparecida em agosto de 94 na Lapa, aos 11 anos, explicava as exigências do movimento nos seguintes termos: "Será que uma mãe rica é mais mãe que nós? Será que nossos filhos não valem nada?".

Regina alegava ainda que os casos de desaparecimento só dispunham de dois policiais do serviço reservado da Polícia Militar para investigar mais de dez meninas sumidas. A fala de Regina coloca em evidência as diferenças de classe e as demandas implícitas dessas mobilizações. Leite (2004) descreve que ouvia com frequência a reclamação de mulheres pobres e moradoras de favelas sobre a desigualdade da repercussão de seus casos nos meios de comunicação em comparação com os de mães de camadas médias e moradoras das áreas nobres da cidade.

Uma semana depois, em uma caminhada entre duas favelas que contou com 300 moradores para denunciar a intensificação de tiroteios, o *Jornal do Brasil* descrevia assim o movimento da Cinelândia:

Formado por mães pobres, que precisam se contentar com o pouco ou quase nada de atenção dada pelas autoridades, o grupo ainda hoje reúne-se todas as segundas-feiras em frente à Câmara de Vereadores, numa manifestação tão silenciosa quanto a atuação surda da polícia (*Jornal do Brasil*, 19/11/1995, p. 38).

A reconciliação entre grupos heterogêneos na cena pública explicitava uma oposição recorrente, descrita muitas vezes como uma guerra, mesmo que simbólica, de hierarquias. Uma guerra que une a "cidade partida", mas que também é reconhecida como consequência dessa divisão.

A referência implícita à existência de uma "cidade partida" remete à constatação do jornalista Zuenir Ventura (1994) sobre a divisão da cidade entre os moradores do asfalto e os do morro. O livro *Cidade partida* narra a constituição do movimento "Viva Rio", formado por "representações sociais heterogêneas, contraditórias e às vezes antagônicas: líderes empresariais e sindicais, jornais concorrentes, religiosos de várias crenças, executivos, operários" (Ventura 1994:266), que propunham ações para pôr fim aos inúmeros episódios de violência, unindo mais do que apartando as "duas cidades".

A cidade partida era uma "metáfora de guerra" (Leite 2000) utilizada para evocar as disputas simbólicas entre o morro e o asfalto, no contexto do aumento da violência em razão do recrudescimento do tráfico de drogas e da incapacidade institucional de controle sobre as "classes perigosas". Como fruto das políticas de segurança pública implementadas na cidade, fomentava a ideia de que a violência só poderia ser resolvida por meio do extermínio

levado a cabo por agentes do Estado. Essa política era apoiada, vale dizer, por parte da opinião pública que clamava por ordem e segurança e para a qual os direitos civis e os direitos humanos eram vistos como obstáculos a esse projeto (Leite 2000).

Birman (2004) descreve as manifestações em resposta à violência que ocorreram desde os anos 90 no Rio de Janeiro como um "movimento social de um novo tipo", idealizado e interpretado por intelectuais e militantes no campo da esquerda, mas que se distinguiu das tradicionais formas de engajamento. Esses movimentos buscavam combater a política de segregação e extermínio que vigorava na "cidade partida" por meio da política de segurança implementada pelo Estado e apoiada por alguns setores da população. Através de soluções pragmáticas administradas sobretudo pela ONG "Viva Rio" e apoiadas pelos principais meios de comunicação, eles apelavam para uma cultura humanitária para além das divisões ideológicas no combate à violência urbana.

A aproximação com a esfera religiosa se deu através de um processo de unificação moral, pelas "formas *zen* de participação" (Birman 2004:232) em rituais cívicos, como os dois minutos de silêncio e a prática conjunta de orações. A ação espiritual se constituía em uma forma de ação política, ou a religião se constituía como uma ação contra a política.

Leite (2004) analisa esses movimentos provisórios, pontuais desde a ótica das "mães de vítimas da violência", que já se encontravam ativos mesmo antes dos eventos organizados pela "Viva Rio". Naqueles protagonizados pelas mães, o sentimento de perda era capital simbólico que dava suporte e credibilidade à presença delas como "mães de vítimas da violência".

Embora as ações fossem públicas, sua gestão era orquestrada pela ONG "Viva Rio", que assumiu o protagonismo do movimento. Leite (2004) argumenta que a cobertura jornalística dos eventos seguia as diretrizes da "Viva Rio", pautando seus discursos segundo uma cultura política condizente com uma ética religiosa. Nos jornais os discursos de paz preponderavam sobre a violência, a justiça sobre a vingança, pois estes mesmos veículos de comunicação (*O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Dia*) integravam o conselho da ONG.

A tentativa de conciliar "propósitos diferenciados e essencialmente antagônicos" (Birman 2004:255) não se fez sem silenciamentos, pois embora a subjetivação da paz tivesse como característica a despolitização ou a neutralização dos contextos e das demandas específicas dos atores, as contradições se faziam sentir nas manifestações locais. A autora argumenta que a defesa da paz poderia tanto se associar à limpeza moral da zona sul dos bandidos quanto a uma política da segurança orientada para a cidadania e a ajuda humanitária.

A autora também destaca outros eventos importantes, como a reação à ação da polícia no episódio do sequestro do ônibus 174, o "Basta! Eu quero paz!" ou a produção do "mural para a dor". O partilhamento da dor das vítimas da violência na intervenção "um mural para a dor" ultrapassou as demandas dos organizadores e reavivou os conflitos que buscava anular, sobretudo com a produção de um mural de mortos em serviço feita pelo comando da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

No entanto, se criou no próprio mural uma indistinção entre vítimas e algozes, entre sociedade civil e Estado. O apagamento destas fronteiras neutralizava as queixas na medida em que dissolvia as interpelações: a quem apresentá-las se o próprio Estado se encontra no mural igualado aos indivíduos na condição de vítima? (Birman 2004:274).

Na interlocução com o Estado e o governo federal, as iniciativas como o "mural" tiveram um caráter mais simbólico porque promoveram um apagamento de suas demandas, como a associação feita pelo movimento de mães com os direitos civis. Por fim, diante da representação da "Viva Rio" das demandas contraditórias das "duas cidades", o chamado campo da paz efetivamente priorizou a zona sul e seus apelos por segurança. As mães não obtiveram nenhum retorno sobre suas reivindicações, uma vez que o mural tratou a violência de um ponto de vista moral, não politizando as demonstrações das violências sofridas e o reconhecimento das vítimas (Leite 2004). A autora conclui que a indiferenciação política teve como resultado o descomprometimento com demandas como o extermínio das populações marginalizadas e a cumplicidade diante da responsabilidade do Estado.

Mas há que se destacar que a luta das mães no espaço público, "fora de seus contextos habituais",⁸ tornou-se legítima independente das suspeitas que pesavam sobre a identidade delas e dos seus filhos, ganhando reconhecimento nacional e internacional através da participação ativa dos meios de comunicação e de organizações de direitos humanos. Suas solicitações e sua atuação pública representavam uma transgressão às regras da política, por isso elas são designadas como precursoras de um novo tipo de discurso na cena pública ou como "mães históricas" (Brites & Fonseca 2013⁹).

Assim como para as madres da Plaza de Mayo, para as mães de Acari (Araújo 2008), ou o Coletivo Mães de Maio¹⁰ (Gonçalves 2012), as acusações de "loucas" direcionadas a essas mulheres já denotam uma contradição entre a luta combativa e o papel tradicional de mães. O indizível da dor materna associa o sofrimento à "loucura" ou insanidade, como "corpos sempre abertos por causa da perda" (Vianna & Farias 2011:111).

A construção do desaparecimento pelo movimento de familiares: a política, a missão e o destino

Vimos que a luta que englobava os movimentos de mães no Rio de Janeiro associava-se, sobretudo ao combate à violência urbana, em especial a que era praticada por agentes do Estado contra os moradores da periferia. As tensões ou as contradições decorrentes da existência das duas cidades e dos diagnósticos que essas visões ofereciam para o problema da violência foram sendo neutralizados pelos movimentos "cívico-religiosos".

Entretanto, a produção do problema do desaparecimento terá diferentes contornos e se associará a distintas causas na mobilização de familiares. Para tentar compreender esse processo, remeterei à narrativa de três mães que criaram três organizações de familiares de pessoas desaparecidas, uma no Paraná e duas em São Paulo. Nas narrativas dessas três mães, a trajetória de aprendizado junto aos movimentos do Rio de Janeiro foi fundamental para a constituição de suas ações, o que é evidenciado pela proximidade de seus repertórios de mobilização.¹¹ Nesse sentido, a noção de um capital militante¹² é pertinente para pensar a experiência coletiva de um saber fazer, de uma socialização política¹³ na qual distintos conhecimentos são fundamentais como o saber falar (Palumbo 2018), as performances no espaço público ou a competência para se apresentarem como interlocutoras da causa diante do Estado ou dos meios de comunicação.

O movimento de familiares de pessoas desaparecidas não se reduz ou não está concentrado apenas em ONGs.¹⁴ No entanto, os três exemplos analisados a seguir dizem respeito a décadas de trajetórias de lutas nesses movimentos e são representativos de como essa causa pode se reverter em um capital para a institucionalização de movimentos em ONGs ou do ingresso dessas militantes em uma carreira política.

O que há em comum no tipo de ativismo realizado por essas mães é que nenhuma delas tinha uma militância ou relação com a política ou participava ativamente de movimentos sociais antes do desaparecimento de seus filhos. Podemos supor, como elas próprias fazem, que um dos motores para a persistência em uma carreira militante seja o não encontro do/a filho/a desaparecido/a. Embora a luta não esteja atrelada apenas aos seus casos particulares, são deles que elas retiram a legitimidade para lutar pelos outros casos. Embora haja uma relação entre essas três mães, elas não se veem necessariamente como parte de um mesmo grupo, embora suas trajetórias, suas reivindicações e as características dos desaparecimentos de seus filhos sejam muito semelhantes. A escolha dessas três mães se deu especialmente pelo tempo e pelo capital militante no governo do desaparecimento de

pessoas no Brasil, o que não significa negar a existência de outras mães com trajetórias e causas distintas.

Arlete Caramês,¹⁵ mãe de Guilherme Caramês Tiburtius, desaparecido em 1991 em Curitiba, é pioneira na causa específica do desaparecimento no Brasil. Ela mora em Curitiba desde os seus 17 anos de idade, é formada em contabilidade e trabalhou como bancária durante boa parte de sua vida. Juntamente com outros familiares, Arlete criou o Movimento Nacional em Defesa da Criança Desaparecida – Cridespar em 1992, tornando-se oficial em 1995.

Arlete disse que auxiliou e participou da gravação da novela *Explode Coração*, através do contato telefônico com a diretora Glória Perez. A autora havia solicitado dados dos casos de crianças desaparecidas no Paraná que teriam servido como inspiração para a narrativa do desaparecimento na novela. Arlete lembra que um menino de 10 anos foi encontrado através da divulgação realizada pela novela em decorrência da denúncia de um pediatra.

Arlete disse que o "seu" movimento e ela sempre foram uma referência: "eu abri Fantástico, fechei Fantástico, Globo, Record, [em] tudo eu apareci, SBT, matéria de jornal, eu tentei de tudo para achar nossas crianças [...] pelo menos conseguimos diminuir muito o número de crianças desaparecidas no Paraná". Ao falar de outros movimentos à época, ela destaca: "eu sou a pioneira", ressentindo-se da utilização do estatuto do Cridespar por outra organização, além do uso de organizações para a projeção individual de algumas lideranças.

Segundo ela, os pais é que devem criar o movimento: "eu cheguei à conclusão de que o problema é nosso, não é da polícia, não é de autoridade nenhuma, problema é nosso, nós que temos que correr atrás". Inicialmente o movimento divulgava apenas casos de crianças e adolescentes até os 15 anos de idade, mas depois passou também a divulgar casos de adultos desaparecidos. O Cridespar buscou a ajuda da Assembleia Legislativa para a criação de um serviço de investigação, o que teria dado origem ao Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas – Sicride.¹⁶

Arlete foi eleita vereadora em Curitiba em 2000 pelo Partido Progressista Brasileiro –PPB e deputada estadual pelo Partido Progressista –PP em 2002, sendo responsável pela criação da lei estadual de busca imediata, a Lei 14.493, aprovada em agosto de 2004, que determina que as autoridades policiais devem registrar e investigar imediatamente o desaparecimento de crianças, sem esperar 24 ou 48 horas. A referida lei estadual foi transformada na Lei federal 11.259, de 2005, que tramitava desde 1999 e teve sua aprovação acelerada a partir da Carta de Brasília (2006). A lei também alterou o artigo

208 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que passa a enquadrar como crime de responsabilidade o policial ou a delegacia que não registrar e não der início à busca imediata de crianças e adolescentes. Depois disso, Arlete tentou concorrer novamente como deputada estadual (2010) e vereadora de Curitiba (2012), ambas as candidaturas sem sucesso.

As leis propostas por Arlete foram subsidiadas, segundo ela, por casos verídicos, como o roubo de uma criança em um hospital evangélico, que teria motivado a lei da certidão de nascimento (que deve ser apresentada na saída do hospital); a lei da carteira de identidade no ingresso na escola, que permite a identificação por meio da impressão digital; a identificação obrigatória de crianças em hotéis e pousadas, além do convênio de divulgação de cartazes com empresas de pedágio.

Do movimento Cridespar restaram apenas o material de divulgação e prevenção e os arquivos dos casos de familiares guardados em sua antiga casa. Como havia muitos familiares do interior que em geral não tinham como arcar com os deslocamentos, a mobilização foi diminuindo. Arlete fez uma promessa que se não estivesse mais na política quando chegasse aos 70 anos iria abandonar a luta, o que está fazendo agora [2016], motivada ainda pelo seu estado de saúde e o de sua mãe, de quem cuida, mas com uma ressalva: "o meu filho eu não abandonei".

Sobre a presença maciça das mães na mobilização, ela acredita que isto se deve ao fato de os pais trabalharem mais, por não poderem faltar ao trabalho, mas complementa: "eu falei, meu marido não gostou [risos], filho é coisa de mãe, a mãe que acalenta nove meses sem saber se é perfeito, se não é, ama dentro da barriga e tal, mas filho é coisa de mãe [...] o homem parece que é mais durão, sabe? É claro que o pai sente".

Em depoimento à CPI do desaparecimento de crianças e adolescentes, na Câmara dos Deputados, Arlete refletiu sobre a condição dos pais diante do desaparecimento:

Uma vez, um delegado me questionou, ele olhou para mim e disse assim: "Para trabalhar com criança desaparecida precisa ser pai?". Eu disse: "Precisa. Quem não é pai não sabe o valor de um filho. Só quem é pai sabe o valor de um filho". Ele ficou meio assim porque ele não era pai ainda. Mas é verdade. Eu digo de cadeira: enquanto eu não era mãe, eu sentia quando acontecia uma coisa com uma criança, mas, depois que eu fui mãe, é diferente – principalmente a mulher (Brasil 2009:7-8).

Para Ivanise Esperidião, fundadora da ONG "Mães da Sé", a participação na novela *Explode Coração* foi um marco crucial no início de sua luta. Em duas entrevistas realizadas em 2013 e 2016, Ivanise contou que

à época do desaparecimento da filha de 13 anos (1993) "não se falava em desaparecido". Alguns anos depois do desaparecimento da filha, Fabiana Esperidião da Silva, Ivanise conheceu o trabalho do Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente –CBDDCA, no Rio de Janeiro, e uma das "Mães de Acari", Vera Lucia Flores Leite, já falecida, que a teria incentivado a criar o movimento em São Paulo. Ivanise lembrava de um conselho de Vera: "não chora, mãezinha, faz cinco anos que eu procuro minha filha". Ivanise comentou que diante dessa fala não conseguia imaginar ficar tanto tempo procurando sua filha, mas que agora já havia se passado mais de 20 anos.

A partir do contato com a CBDDCA, Ivanise foi chamada para participar da novela, uma vez que o Centro estava intermediando a relação das mães de desaparecidos com a direção da novela. Ela contou que não imaginava a quantidade de mães que passavam por este drama, quando conheceu 70 delas na gravação da novela, nas escadarias da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro. Ivanise acreditava que através da repercussão da novela ela conseguiria encontrar a filha.

Para ela, o impacto quanto ao tema veio graças à novela, que tinha muita audiência, com relatos de mães, com as fotos e os cartazes de desaparecidos ao final de cada episódio. Foi nas gravações da novela no Rio de Janeiro que ela conheceu Arlete Caramês,¹⁷ uma parceira ativa nos movimentos da época, e Vera Lúcia Ranu, com quem criou a Associação Brasileira de Busca e Defesa a Crianças Desaparecidas –ABCD, em 1996, conhecida hoje como "Mães da Sé".

Ivanise não recebeu nenhuma informação da filha na primeira semana em que participou da novela, mas depois duas jornalistas entraram em contato com ela para realizar uma reportagem. Nessa entrevista, ela teria dito: "eu gostaria que outras mães [que passassem pelo mesmo drama] me procurassem". No outro dia, "eu acordei com o telefone tocando e até hoje ele não para de tocar", contou ela. Não apenas as mães, mas a própria imprensa passou a procurá-la seguidamente, ao contrário do que acontecia antes da novela.

Como ponto de encontro e mobilização, as mães escolheram as escadarias da Catedral da Sé, em São Paulo (SP), por ser um espaço central nas ações de mobilização da sociedade civil, devido ao grande fluxo de pessoas que a frequentam. Ivanise contou que, quando chegou às escadarias, ela estava "repleta de mães [...] era uma coisa bonita, mas muito triste". Esse primeiro encontro teve uma ampla repercussão em canais de grande audiência, "aí não paramos mais", contou ela. As empresas começaram a entrar em contato com elas para colocar as fotos de desaparecidos em

seus produtos. Ela disse que foi a própria sociedade que nomeou o movimento como "Mães da Sé". Elas passaram a ir todos os domingos às escadarias da Catedral da Sé e, em oito meses de mobilização, 48 das 250 crianças cadastradas foram encontradas, segundo dados da ONG.

Ivanise tem 54 anos e é natural do interior de Alagoas. Depois do casamento, o marido foi para São Paulo e arrumou um emprego, ela iria três meses depois, na década de 80. Chegou a cursar até o oitavo semestre do curso de Direito, mas ainda não havia conseguido retornar em decorrência do aumento do trabalho.

Ivanise acredita que a separação do marido, sete anos depois do desaparecimento da filha, teve uma relação direta com a sua postura diante do acontecimento. A privacidade da família teria sido invadida, uma vez que a associação de familiares funcionou durante três anos e meio em sua casa. O telefone tocava o tempo todo, a sua sala estava repleta de cartazes de pessoas desaparecidas e suas saídas constantes incomodavam seu ex-marido. O envolvimento com a causa crescia enquanto o casamento se desgastava e ambos se afastavam, por isso ela acredita que também foi responsável pelo fim do casamento. O marido cobrava: "eu só tenho uma filha desaparecida, eu não mandei você inventar de procurar os filhos dos outros".

Do trabalho de caixa em uma loja de roupas, ela se desligou logo depois do desaparecimento da filha. Hoje ela mora com a filha mais nova: "só rest[aram] nós duas mesmo, até o dia 23 de dezembro eu tinha uma família completa. Eu tinha um marido, eu tinha duas filhas e hoje só rest[aram] eu e a [nome da filha], que é a caçula".

Assim como a maioria das mães, Ivanise não tinha nenhum vínculo associativo anterior, exceto a religião. Ela frequentava uma igreja evangélica desde criança, a Congregação Cristã do Brasil. Com o desaparecimento da filha, sua relação com a religião se intensificou.

A religião, a minha fé em Deus é o que tem me sustentado, me dado um suporte, entendeu? A própria palavra de Deus diz que o homem sem fé não pode agradar a Deus, mas eu já vi muitas mães que militam no movimento que não acreditam em Deus mais. Que falam que "Deus é esse que deixa nós passarmos por essa dor?". E aí eu falo para elas, eu falo de Deus para nossas mães. Que na hora certa Deus vai dar, se ele permitiu que isso acontecesse, é porque ele tinha um propósito nas nossas vidas. Hoje eu vejo o desaparecimento da Fabiana [filha] como um propósito de Deus na minha vida, porque se eu não tivesse uma filha desaparecida, por que eu iria me envolver numa causa onde temos o total abandono do poder público? Eu tinha uma vida certinha, eu tinha uma família, eu trabalhava, eu tinha começado a voltar a estudar. E, de repente, a

minha vida mudou totalmente, virou do avesso. Eu tive uma mudança radical. Então, eu acredito que aquilo foi um propósito de Deus em minha vida. Esse trabalho foi uma missão que Deus me deu para eu poder ajudar outras pessoas. (Entrevista, São Paulo/SP, 02/2016).

Ivanise narrou o ingresso na militância segundo a noção de missão, como se o seu drama individual estivesse determinado e fosse necessário para que ela pudesse representar e ajudar outras pessoas, além da sua própria experiência. Ela disse que inicialmente entrou em conflito com Deus, pedindo que ele a levasse e não a filha, mas que depois entendeu que Deus usou sua filha para ajudar outras mães, pois a fez lutar para encontrá-la e os/as filhos/as de outras mães: "ela vive em cada uma das pessoas que eu encontrei", afirma ela.

Pereira (2015) alude aos coletivos de familiares vítimas de violência no Rio de Janeiro que se relacionam com seus entes falecidos por meio de comunicações espirituais através de mensagens, sonhos, sinais. A missão e o trabalho de caridade são compreendidos como tarefas a que os pais estavam predestinados e que são renovadas através das psicografias. Essas tarefas produzem sistemas de justiça e verdade e condicionam a subjetividade a práticas espíritas e pacificadas. O trabalho e a missão de pais e filhos constroem uma cultura da paz de caráter espírita, tecendo novas relações no plano terreno (entre pais) e entre este e o plano espiritual (entre pais vivos e seus filhos desencarnados). Também no contexto do Rio de Janeiro, Leite (2004) argumenta que as mães católicas e/ou espíritas recorrem à noção de missão para explicar a morte violenta e inesperada de seus filhos e a conexão estabelecida com eles.

Ivanise justifica a sua permanência na luta em decorrência da continuidade do desaparecimento de sua filha, ao contrário de outros familiares que se afastaram da luta, mas aos quais ela não atribui a uma desistência, mas sim ao encontro dos filhos desaparecidos.

Não é que elas se afastaram, é que elas encontraram seus filhos. E quando elas encontram seus filhos, elas automaticamente se afastam, entendeu? A gente não pode exigir que uma mãe que encontra seu filho continue com a gente [...] Você pode contar nos dedos quantas delas ainda estão com seus filhos desaparecidos, porque o resto, todas encontraram seus filhos, porque não se tratava de um desaparecimento, se tratava de fuga do lar. Aquelas que encontraram seus filhos, quando a gente precisa delas para gravar uma matéria, elas inventam mil desculpas para não querer falar, porque elas não vão querer falar para a imprensa que o filho fugiu de casa porque já estava envolvido com as drogas, que o filho fugiu de casa por maus-tratos, porque estava

sofrendo violência doméstica. Nenhuma mãe chega na delegacia ou chega aqui e diz assim: "o meu filho fugiu de casa". Ela diz: "o meu filho desapareceu". A gente só sabe a causa do desaparecimento quando ele é encontrado. (Entrevista, São Paulo/SP, 02/2016).

Em comparação com um discurso frequentemente associado aos policiais que atendem a ocorrências de desaparecimento (Oliveira 2012; Ferreira 2016), em que a "fuga do lar" emerge como um diagnóstico prévio da responsabilização familiar, a fala de Ivanise remete mais aos desfechos dos casos de desaparecimentos, nos quais a fuga do lar é uma consequência de um caso, não sua pressuposição.

Ivanise também é representante dos familiares de pessoas desaparecidas na Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos – Redesap, mas alega que atualmente a rede só funciona "no papel", pois a última reunião foi realizada em maio de 2014, com a participação do Ministério da Justiça e outras mães, bem como de 12 delegados dos estados-sede da Copa do Mundo de 2014.

Vera Lucia Ranu, presidente da ONG "Mães em luta" e uma das fundadoras das "Mães da Sé", narra sua entrada na luta a partir de uma "revelação" religiosa. Vera sempre frequentou a religião católica, mas comentou em certa ocasião que o ingresso no espiritismo kardecista ocorreu em um momento de desespero. Convidada por uma amiga, ela esperava obter informações em um centro espírita, como a causa do desaparecimento de sua filha. Quando chegou lá, a palestrante teria dito: "a pessoa que a gente estava esperando chegou".

Vera narrou o que teria sido uma mensagem da filha, em que ela afirmava que havia sido raptada por um carro branco, que a seguia há alguns dias. A filha teria sido violentada, mas depois não lembrava do que aconteceu, pois sua avó – já falecida – a teria resgatado. A médium, segundo Vera, teria dito coisas que ninguém sabia sobre a dinâmica de sua vida familiar e recomendou que ela parasse de chorar, porque tinha muito trabalho para encontrar os filhos dos outros.

Naquele momento, Vera ficou muito irritada, pois não acreditou no que ouviu. Três anos depois, ela soube que Glória Perez, autora da novela *Explode Coração*, estava chamado parentes que viviam o mesmo drama para participar da gravação. Os desdobramentos dessa participação fizeram com que Ivanise e Vera se conhecessem e iniciassem o trabalho da "Mães da Sé": "daí disseram que a gente tinha uma ONG", comentou ela.

Vera tem 55 anos e mora com seu filho, a nora e a neta, e é mãe de Fabiana Renata Gonçalves, desaparecida em São Paulo no ano de 1992, então com 13 anos de idade. A ONG "Mães em Luta" foi fundada depois que Vera saiu da "Mães da Sé", em 2005. Vera cursou o magistério (ensino médio), atuando como professora, dama de companhia, cozinheira, faxineira etc. A sede da instituição é uma sala com dois ambientes em um prédio no centro de São Paulo, que divide com a sua microempresa. Depois de sair de uma empresa de material hospitalar, ela decidiu montar o próprio negócio, o que lhe daria maior liberdade para as atividades da associação, viagens, eventos. Trata-se de uma distribuidora de uma fábrica de materiais hospitalares, que compra, esteriliza e entrega para clientes da área da saúde.

Na ONG ela conta com parceiros e voluntários na divulgação de pessoas desaparecidas e no atendimento psicológico e jurídico às famílias. Vera nunca se engajou em movimentos sociais antes do desaparecimento da filha, o que ela atribui à sua condição financeira, à falta de tempo, aos filhos pequenos. Antes da novela ela "caminhava sozinha", fazendo buscas por conta própria. Depois da novela iniciou sua articulação em São Paulo com as redes e as associações locais e nacionais. Sua trajetória na militância não é uma regra e ela compreende tais diferenças do seguinte modo:

Tem famílias que fazem do desaparecimento uma militância, que nem eu fiz, tem família que talvez não consiga, por "n" razões que a gente também não sabe. Para mim, [depois do] desaparecimento da minha filha, a ONG me alimenta, me dá força para sobreviver, agora tem famílias que não conseguem nem sobreviver elas mesmas [...], mas eu também tive que ter muita ajuda para chegar nisso, não chegou do dia para a noite. Eu militei muito tempo sozinha e, quando houve a possibilidade de juntar forças, eu me atirei de cabeça, mas tem famílias que se sentem sozinhas, abandonadas, sem estrutura, o lugar em que moram às vezes também é muito difícil o acesso. (Entrevista, São Paulo/SP, 02/2016).

Vera argumenta que, a despeito da sua história de luta, o desaparecimento ainda continua invisível para o Estado.

Eu faço parte de uma comissão aberta em 2010 sobre desaparecimento [...] mas também não anda, porque depende de secretarias e eu sou a única representante da sociedade civil, mas não encaminha, não ouve, fica perdendo tempo, você não ganha nada, não faz nada [...] mas faz com que você queira divulgar, aí você divulga um trabalho que na verdade não existe. (Entrevista, São Paulo/SP, 02/2016).

A militância é caracterizada por ela como desgastante: os políticos que buscam a causa para promoção de sua imagem, o poder público que é omissivo, as mães que acreditam que ela tem a obrigação de resolver o caso, mas que só aparecem quando há alguma cobertura televisiva. Ela compreende que muitas pessoas utilizam a causa em benefício próprio, cobrando pelo trabalho, o que acaba por desmotivá-las: "a gente faz por amor, mas se quiser ajudar, não vai impor [...] Como mãe, eu não tenho coragem de pedir, eu conheço a situação delas". Tendo como bandeira a defesa da causa, Vera concorreu nas eleições de 2016 como candidata à vereadora em São Paulo (SP), pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB, mas não foi eleita.

Segundo ela, muitos dos familiares atendidos se aborrecem porque nas entrevistas para a imprensa desejam contar sua história, mas por vezes apenas os líderes dos movimentos acabam falando por elas. Vera, ao contrário, solicita que todas tenham oportunidade de falar, "ela tem necessidade de contar a história dela, do jeito dela, não é a Vera contando a história do desaparecimento do filho dela, são elas contando a história do sofrimento de vida delas", resume Vera.

Vera destaca o sentimento de abandono que a família sente, da reclamação dos outros filhos, de como todos passam a se envolver no problema. Ela disse que o ex-marido ficou desorientado com o desaparecimento da filha, que ele não reagiu da mesma maneira que ela. No início, o marido militava com ela, mas depois desistiu. Mais tarde veio a separação, causada pelo desgaste atribuído por ela à falta de atenção à família, mas ela ainda convive com o marido.

Vera salienta que o seu trabalho se diferencia do das "Mães da Sé", especialmente porque suas ações estão mais concentradas na prevenção ao desaparecimento do que na divulgação dos casos. Para ela, uma lei federal não iria resolver o problema, uma vez que seria necessária uma cultura, uma demanda quanto à resolução do problema, uma política pública de prevenção e esclarecimento, pois muitas famílias acreditam que estão imunes ao problema.

Vera acredita que o desaparecimento ainda precisa ser compreendido, pois dele se sabem apenas algumas causas, que há uma distância grande em relação à possibilidade de resolução, por isso seria necessário investir na conscientização da sociedade e no atendimento às famílias. A falta de compreensão sobre o desaparecimento só produz perda de tempo e dinheiro, pois "uma mãe não chega na delegacia dizendo que o filho foi traficado", mas sim que está desaparecido. Vera se refere ao crime de tráfico de pessoas (atualmente regulado pela Lei 13.344/2016), que é uma das causas do desaparecimento, mas que não pode ser conhecido ou investigado sem a

existência de provas materiais. Ela argumenta que, uma vez se saiba que as principais causas do desaparecimento são os conflitos familiares e a violência doméstica, pode-se agir sobre elas através da aproximação entre pais e filhos.

As falas de Ivanise e Vera são relevantes porque observam que, a despeito do número de famílias atingidas pelo drama do desaparecimento, o fenômeno ainda não havia sido produzido/reconhecido publicamente. Tanto Vera como Ivanise destacam que se sentiam muito solitárias na vivência de seu sofrimento, o que mudou com o contato com outros familiares.

Seus relatos também deixam explícito o papel de organizações não governamentais anteriores ao trabalho delas, da cobertura jornalística e televisiva na produção ou no reconhecimento do fenômeno. Mesmo antes da novela, Ivanise já havia se reportado diretamente às emissoras, mas não obteve nem mesmo o reconhecimento do seu problema. Entre as justificativas para o afastamento de alguns familiares da militância, Vera destaca a mudança do foco dos meios de comunicação depois da novela, o que teria influenciado também a militância. Elas mesmas se dizem muitas vezes desmotivadas e pensam em desistir.

As organizações "Mães da Sé" e "Mães em Luta" ainda se situam como atores políticos importantes na busca por desaparecidos, no atendimento às famílias e na pressão por políticas públicas na área. Além da apresentação de fotografias no espaço público, muitas mães se utilizam das redes sociais para estreitar laços com outras pessoas que atuam na causa, divulgar casos de desaparecimento e expor seu sofrimento.

Embora as narrativas das três mães militantes apresentadas se aproximem no que tange ao drama e ao sofrimento decorrentes do desaparecimento de seus filhos, percebemos que as diferenças de classe ficam muito marcadas na repercussão do caso e na investigação tanto por parte do Estado quanto por parte da investigação privada. Enquanto Ivanise e Vera eram julgadas pelo desaparecimento das filhas, Arlete contou com todo o aparato da polícia – levando em consideração as especificidades de cada estado – e pôde fazer uso de serviços privados. Arlete tinha recursos para coletar provas, bem como uma rede de contatos para mobilizar; seu capital militante pôde ser revertido para a luta política e teve como consequência a criação de um movimento estadual, dois mandatos políticos, a criação de uma delegacia especializada e a aprovação de leis para a proteção de crianças desaparecidas.

Impulsionadas pela repercussão da novela *Explode Coração* tanto em relação às suas lutas, como também quanto a um imaginário de reconhecimento da dor projetada pelo desaparecimento de uma criança, essas mães construíram suas próprias estratégias de militância. É importante

perceber que os elementos de disputa e conflito inerentes à denúncia da violência urbana ou da condição de classe no Rio de Janeiro saem de cena e o desaparecimento se dissocia da violência policial para se universalizar através da dor de mães que buscam seus filhos desaparecidos. São mães que sofrem em silêncio, sem a postura de enfrentamento característica dos movimentos sociais tradicionais. O desaparecimento se generaliza por meio da exposição pública das fotos de seus filhos, uma imagem que fica associada ao surgimento dessas organizações. Além das imagens, percebemos em suas narrativas o reforço de algumas categorias religiosas, como a esperança, a missão e o destino.

Poder, maternidade e gênero

O desaparecimento pressupõe a construção de uma noção de família, na sua instituição como um sentimento e uma sensibilidade. Ariès (1981) descreve o surgimento da família ocidental moderna¹⁸ no século XVIII. Nesse período, a família deixou de ser apenas uma instituição que regulava a transmissão dos bens para ser o lugar da intimidade, da distinção de classe e o terreno de uma nova sensibilidade diante da infância. Zelizer (2011) define família pelo compartilhamento da mesma residência por períodos substanciais, gerando conhecimento, influência, direitos e obrigações que permanecem a despeito da ruptura familiar ou da partida de seus membros.

Um desaparecido só pode nascer no interior de um sentimento familiar configurado por uma comunidade ligada por conexões, segundo Carsten (2000). Esta autora utiliza o termo "conectividade" (*relatedness*) para se desvincular da oposição entre biológico e social e pensar o parentesco para além do laço sanguíneo, do sêmen e do leite, incluindo outras formas de produzir o parentesco, como a afetividade, a afinidade e a "partilha de substâncias" (comida, trabalho, ações cotidianas). A esfera das relações duradouras e profundas dos parentes não é apenas definida pela procriação, mas também pelo cuidado, pela partilha e a coabitação.

As ONGs fundadas por familiares de pessoas desaparecidas embasam sua legitimidade na experiência de sofrimento de uma mãe diante do desaparecimento de um(a) filho(a). Embora também seja fruto de um processo de profissionalização, o poder dessas ONGs de mães é reforçado pelo lugar simbólico da maternidade e da família e pelo prestígio que elas vão construindo na interlocução com diferentes atores: funcionários públicos, representantes políticos, organizações públicas e privadas, meios de comunicação etc. As demandas dessas organizações dependem da relação com o Estado brasileiro, como mudanças legais, assessoria ou execução

de políticas e serviços públicos aos familiares de pessoas desaparecidas. A atuação dessas organizações é, portanto, eminentemente local, sendo pouca ou indireta a relação com outras organizações internacionais.

Considerando a distância quanto à participação associativa, é possível supor que os familiares não entrariam para o cenário público da mesma maneira se não tivessem tantas barreiras na busca de seus familiares, sendo a militância fruto do que consideram a ausência das prerrogativas do Estado. A mobilização pela busca dos desaparecidos interpela toda a sociedade a se engajar na luta, fazendo seus interlocutores se posicionarem no lugar da vítima, ao se reconhecerem como mães, pais, irmãos etc.

Entretanto, o argumento da "ausência" do Estado como um dos fatores do ingresso na cena pública não é uma afirmação de que a "presença" do Estado implique a ausência de mobilização, mas sim que as demandas que a mobilização encerra seriam distintas. Nesse sentido, compartilho das ideias de Herzfeld (2016) de que a constatação de que não há Estado é uma declaração do desejo por esta fonte de justiça, ou que atacar o "Estado" ou a "burocracia" é uma tática da vida social, uma vez que a burocracia é um terreno em disputa. Ao ser indagada a respeito dos rumos do movimento, caso o Estado cumprisse com suas "obrigações" para o problema do desaparecimento, uma das mães alegou, por exemplo, que os movimentos persistiriam na confrontação e na fiscalização do trabalho do Estado.

A militância por meio do vínculo familiar interrompido é por si mesma uma afirmação de poder, que não passa necessariamente pelo percurso institucional da política. A utilização da noção de poder na causa do desaparecimento não significa desprivilegiar a experiência daqueles familiares que não participam da mobilização pública na causa do desaparecimento, pois isto significaria distinguir a militância em níveis de envolvimento ou escalas progressivas – do movimento para a política, por exemplo – reduzindo o conjunto da militância ou da atuação diante de cada caso apenas a uma competência individual ou a determinações externas como as condições para uma carreira militante.

As formas de ação e legitimidade associadas aos movimentos de familiares de pessoas desaparecidas, como já mencionado, diferem das formas tradicionais de militância política dos movimentos sociais, pois ao invés de se remeterem ao futuro por meio de projetos de transformação, elas remetem ao exercício e ao reforço de papéis tradicionais, como a relação entre mães e filhos. Entretanto, essas formas de apresentação pública não tornam menos político o conteúdo de tais demandas.

Como destaca Mahmood (2006), ao propor uma separação entre as noções de agência e de resistência para pensar as formas de atuação política que não se enquadram nas formas liberais e seculares feministas,¹⁹ a autora analisa um movimento feminino das mesquitas, que integra o revivalismo islâmico no Cairo, no Egito. Esse movimento é formado por mulheres que se reúnem nas mesquitas para ensinar sobre as escrituras sagradas e as práticas e os comportamentos necessários ao cultivo do ser ideal virtuoso.

Mahmood argumenta que a agência não pode ser compreendida apenas como resistência a relações de dominação, subversão ou resignificação de normas hegemônicas, mas também pela capacidade de agir propiciada em um contexto historicamente configurado por relações de subordinação, nas formas pelas quais as normas são incorporadas, pois "As normas não são apenas consolidadas e/ou subvertidas, mas também performadas, habitadas e experienciadas de várias maneiras" (Mahmood 2006:136).

A autora tece críticas ao feminismo pela sua premissa da universalidade do desejo de liberdade e libertação diante de relações de subordinação, em decorrência de seu caráter dual, "simultaneamente analítico e politicamente prescritivo" (Mahmood 2006:128). Esse caráter historicamente localizado teria como raiz a definição de liberdade positiva como aquela direcionada por uma razão universal que se libera do costume e da tradição.

Compreendo as relações de poder a partir de Foucault (2004), para quem as práticas de liberdade não envolvem necessariamente processos de liberação, uma vez que as relações de poder só podem ocorrer onde não há dominação. A prática da liberdade é política, pois se dá no terreno de formação de uma ética, na autoformação do sujeito por meio do controle ou do domínio de si, uma prática refletida da liberdade. As relações de poder só podem existir onde há liberdade.

O exercício da maternidade no espaço público a partir dos laços familiares produz poder e legitimidade, mas não um poder que se afirma em relação à liberação, e sim um poder que se estabelece por meio da reprodução da tradição. A empatia gerada no outro pela tristeza de uma mãe em função de uma família rompida é o índice mais poderoso de afirmação da luta.

A menor participação dos pais e de outros familiares no espaço público não significa que eles não tenham um papel fundamental na busca do desaparecido, já que contribuem na manutenção da dinâmica da vida familiar, que inclusive corrobora a militância das mães, pois, para participarem das atividades, muitas delas demandam o auxílio de outros familiares na manutenção e no sustento da casa ou no cuidado dos outros filhos. A experiência nos espaços públicos faz com que os demais familiares não queiram ser interlocutores do caso, como já ocorreu em tentativas frustradas de entrevistar pais ou parentes masculinos.

A mobilização de familiares de pessoas desaparecidas funda novas formas de poder não assentadas necessariamente nos mecanismos da política institucional, mas em estratégias legitimadas, pois fundadas no sofrimento, na empatia e no parentesco.

Considerações finais

O trabalho aqui proposto faz parte de uma tentativa mais ampla de compreender as formas de governo do desaparecimento de pessoas no Brasil (Leal 2017). Como esboçado nas narrativas apresentadas neste artigo, busco destacar a produtividade do desaparecimento sem definir, de antemão, suas causalidades, uma vez que admitir hipóteses como causas, na experiência dos familiares, trata-se muitas vezes de despolitizar a luta por demandas como uma política integrada de identificação, a criação de uma categoria jurídica acerca do desaparecido ou um maior investimento na investigação dos casos.

Analiso as condições de possibilidade e a consolidação da militância de três mães de crianças desaparecidas, a partir do contexto das mobilizações contra a violência urbana no Rio de Janeiro, nos anos 90, até a construção do problema do desaparecimento como um fenômeno autônomo associado a um drama familiar nos estados de São Paulo e Paraná. É com base nesse drama familiar e no exercício de papéis tradicionais que essas mães irão se empoderar para construir sua militância e legitimidade no espaço público.

Nas narrativas dessas mães, a construção da trajetória de luta foi diretamente influenciada pelo compartilhamento de experiências que deram sentido aos seus casos individuais. Cabe destacar a visibilidade atribuída ao fenômeno do desaparecimento pelos meios de comunicação, especialmente pela repercussão da novela *Explode Coração*, que marca um período fundamental para o reconhecimento e a institucionalização de suas lutas. A família é um elemento político central na mobilização dessas mães, uma vez que ela é que dá inteligibilidade às múltiplas ausências (Ferreira 2016) vivenciadas no cotidiano, tanto na relação com o desaparecido como na relação com o Estado. Nesse contexto, as clivagens de classe são produtivas para pensar as tensões e os conflitos em torno dos projetos de transformação social, mas também as diferenças de repercussão de cada caso individual.

Ao se constituírem como mães no espaço público por meio de uma ética, novas relações de poder são produzidas, mesmo que sejam formadas a partir da reafirmação de normas e papéis sociais tradicionais. Essas mulheres, ao reforçarem seus vínculos maternos com seus filhos desaparecidos,

retiram legitimidade do seu papel de cuidado na vida privada. Elas falam do lugar de mães que habitam, não para subvertê-lo, mas para reafirmá-lo como condição pressuposta para a sua luta.

Ao nos debruçarmos sobre essas carreiras militantes, percebemos que a persistência do desaparecimento de seus filhos reforça o engajamento dessas mães, atrelando o drama pessoal ao parentesco, à esperança, à missão e ao destino. Apesar das críticas ao Estado e à política institucional, o capital militante forjado na participação coletiva faz da carreira política e da participação nos processos de definição do Estado um horizonte possível em suas trajetórias pessoais.

Recebido em: 13 de maio de 2019

Aprovado em: 29 de setembro de 2019

Eduardo Martinelli Leal é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSUL, Campus Charqueadas-RS. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

<https://orcid.org/0000-0002-1905-7045>

E-mail: eduardoleal@charqueadas.ifsul.edu.br

Notas

1 De acordo com o site: <https://tvibopenews.wordpress.com/2010/02/11/audiencia-detalhada-explode-coracao>.

2 Da mobilização de Glória Perez também resultou a inclusão do homicídio qualificado como crime hediondo no Código Penal (Lei 8.930/1994), através de um projeto de lei de iniciativa popular (com o recolhimento de 1,3 milhão de assinaturas). A lei dos crimes hediondos (Lei 8.072/90) tornava os crimes inafiançáveis e impedia o benefício da progressão da pena. Entretanto, uma decisão de 2006 do Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a vedação da progressão de regime para condenados por crimes hediondos.

3 Jornal do Brasil, 02/08/1996.

4 Os jornais digitalizados estão disponíveis no site da Fundação da Biblioteca Nacional, setor "Hemeroteca Digital Brasileira", no endereço: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

5 O Centro de Articulação das Populações Marginalizadas – CEAP intermediou a denúncia junto à Anistia Internacional.

6 Jornal do Brasil, 15 e 30 de maio e 3 de julho de 1995, respectivamente.

7 Jornal do Brasil, 3 de julho de 1995.

8 A novidade do fenômeno inicialmente fez com que as mães brasileiras fossem comparadas às "Madres da Plaza de Mayo". A inspiração do movimento brasileiro no argentino fica evidente em sua atuação: a exposição silenciosa nos espaços públicos das fotografias de seus filhos desaparecidos.

9 Outros aliados importantes das mobilizações das mães eram a advogada de direitos humanos Cristina Leonardo, diretora da ONG Centro Brasileiro de Defesa da Criança e do Adolescente – CBDDCA e que atuou nos casos de Acari, Candelária e Vigário Geral, e o policial militar coronel Brum, fundamental na investigação das chacinas e na acusação dos policiais militares envolvidos (Brites & Fonseca 2013).

10 Movimento decorrente das mais de 400 pessoas assassinadas pela polícia em 2006 em São Paulo.

11 Isso não significa que os movimentos do Rio de Janeiro extinguíram-se, mas que ocorreram relações de descontinuidade.

12 Seguindo a definição de Frédérique Matonti e Franck Poupeau, o capital militante pode ser "incorporado sob a forma de técnicas, de disposições a agir, intervir, ou simplesmente obedecer, ele abrange um conjunto de saberes e de savoir-faires mobilizáveis no momento das ações coletivas, das lutas inter ou intrapartidárias, mas também exportáveis, passíveis de conversão para outros universos e, assim, suscetíveis de facilitar certas 'reconversões'" (Rombaldi 2006:130).

13 Conforme Palumbo (2018:184): "La noción de capital militante se encuentra en consonancia, entonces, no solo con las prácticas de los movimientos populares en estudio sino también con las perspectivas conceptuales que amplían el concepto de lo político en pos de visibilizar otros espacios políticos, los no lugares de la política al decir de Tapia Mealla (2011)".

14 As iniciativas e as ações ocorrem sobretudo em torno de lideranças, como mães que compõem organizações, associações de familiares, servidores públicos ou instituições, ou mães que alcançam certo reconhecimento público através de sua luta e de suas ideias a respeito do desaparecimento.

15 As três mães são identificadas neste artigo como uma forma de reconhecer e valorizar suas trajetórias.

16 O serviço contabiliza uma taxa de resolução dos casos de 98,5%. Dos casos ainda não resolvidos, 12 são do período anterior à atuação do serviço e, por isso, não são considerados nas estatísticas oficiais.

17 Ivanise relatou que Arlete a acompanhou nos cinco dias de julgamento de Guilherme de Pádua, a convite de Glória Perez.

18 O autor sublinha que o surgimento de um sistema de ensino potencializou a regulação social das famílias e, através dela, a diferenciação entre a infância e a idade adulta e a separação entre as classes burguesas e populares.

19 Abu-Lughod (2003) discute o papel do melodrama egípcio na criação de sensibilidades modernas. Ao unir narrativa, emoção e subjetividade, seus criadores propõem novos tipos de pessoa e sujeitos individualizados que a princípio afastariam a centralidade de aspectos tradicionais, como o parentesco e a religião.

Referências bibliográficas

- ABU-LUGHOD, Lila. 2003. "Melodrama egípcio: uma tecnologia do sujeito moderno?". *Cad. Pagu*, 21:75-102. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332003000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 02/05/2019.
- ARAÚJO, Fábio. 2008. "'Falta Alguém na Minha Casa': desaparecimento, luto, maternidade e política". In: Roberto Kant de Lima, *Antropologia e Direitos Humanos* 5. Brasília: Booklink/ABA/Fundação Ford.
- _____. 2014. *Das "Técnicas" de Fazer Desaparecer Corpos: desaparecimentos, violência, sofrimento e política*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- _____. 2016. "'Não tem corpo, não tem crime': notas socioantropológicas sobre o ato de fazer desaparecer corpos". *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, 22, 46:37-64. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832016000200037&lng=en&nrm=iso. Acesso em 02/05/2019.
- ARIÈS, Philippe. 1981. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC.
- BIRMAN, Patricia. 2004. "Movimentos Cívico-religiosos no Rio de Janeiro e alguns de seus impasses: o caso do mural da dor". In: P. Birman & M.P. Leite (orgs.), *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: UFRGS.
- BRASIL. 2009. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, as consequências e os responsáveis pelo desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil, no período de 2005 a 2007. Transcrição *ipsis verbis* do depoimento de Arlete Ivone Caramês. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/53a-legislatura-encerradas/cpidesa/notas/notas/NT131009.pdf>. Acesso em 02/05/2019.
- Brites, Jurema & FONSECA, Cláudia. 2013. "As metamorfoses de um movimento social: Mães de vítimas de violência no Brasil". *Análise Social*, 209:858-877. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732013000400005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 02/05/2019.
- CARSTEN, Janet. 2000. "Introduction: cultures of relatedness". In: ___, *Culture of relatedness: new approaches to the study of kinship*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CARTA DE BRASÍLIA. 2006. "I Encontro da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos". Brasília.
- FERREIRA, Leticia Carvalho de Mesquita. 2016. *Pessoas desaparecidas: uma etnografia para muitas ausências*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- FOUCAULT, Michel. 2004. "A ética do cuidado de si como prática da liberdade". In: *Ditos & Escritos V – Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FREITAS, Rita de Cássia Santos. 2002. "Famílias e Violência: Reflexões sobre as Mães de Acari". *Psicologia USP*, 13(2):69-103.
- GONÇALVES, Renata. 2012. "De antigas e velhas loucas: Madres e Mães de maio contra a violência de Estado". *Lutas Sociais*, 29:130-143. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18502/13695>. Acesso em 02/05/2019.

- HAMBURGER, Esther. 2011. "Tele-novelas e interpretações do Brasil". *Lua Nova*, 82:61-86. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 02/05/2019.
- HERZFELD, Michael. 2016. *A produção social da indiferença: explorando as raízes simbólicas da burocracia ocidental*. Petrópolis: Vozes.
- LEAL, Eduardo Martinelli. 2017. *A dúvida mais persistente: as formas de governo do desaparecimento de pessoas no Brasil*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Porto Alegre, UFRGS/PPGAS.
- LEITE, Márcia Pereira. 2000. "Entre o individualismo e a solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15, 44:73-90.
- _____. "As mães em movimento". 2004. In: P. Birman & M.P. Leite (orgs.), *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- MACCAFANI, Ana Paula Moraes da Silva. 2007. "ONGs: a Sociedade Civil Faz Política". *Ilha – Revista de Antropologia*, 9 (1/2):023-045. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/6358/14942>. Acesso em 02/05/2019.
- MAHMOOD, Saba. 2006. "Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito". *Etnográfica*, 10(1):121-158. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65612006000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 02/05/2019.
- OLIVEIRA, Dijaci David de. 2012. *O Desaparecimento de Pessoas no Brasil*. Goiânia: Cânone Editorial.
- PALUMBO, María Mercedes. 2018. "Saber hablar: construcción del capital militante en movimientos populares en Argentina". *Iconos. Revista de Ciencias Sociales*. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=50955678010>. Acesso em 07/08/2019.
- PEREIRA, Amanda Gomes. 2015. "Projetos político-religiosos de construção de uma Cultura da Paz em um contexto de violência urbana". In: XI Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), Montevideu, Uruguai. *Actas de la XI Reunión de Antropología del Mercosur*. Diálogos, prácticas y visiones desde el Sur. 30 de noviembre-4 de diciembre 2015. Montevideo, Uruguay. Compiladores: Guigou, Lelio Nicolás et al. ISBN 978-9974-0-1385-8.
- REGUEIRO, Sabina Amantze. 2015. "'Subversivas': 'Malas madres' y familias 'desnaturalizadas'". *Cad. Pagu*, 44:423-452. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332015000100423&lng=pt&nrm=isso. Acesso em 02/05/2019.
- ROMBALDI, Maurício. 2006. "O capital militante: uma tentativa de definição, de Frédérique Matonti e Franck Poupeau". *Plural*, 13:127-134.
- VIANNA, Adriana & FARIAS, Juliana. 2011. "A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional". *Cad. Pagu*, 37:79-116. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 02/05/2019.
- ZELIZER, Viviana. 2011. *A negociação da intimidade*. Petrópolis: Vozes.

**“NAQUELA ÉPOCA NÃO SE OUVIA
FALAR DE DESAPARECIDO”:
FAMÍLIA E MATERNIDADE
NA MILITÂNCIA DO
DESAPARECIMENTO DE PESSOAS
NO BRASIL**

**“IN THOSE DAYS NO ONE HEARD
OF MISSING PEOPLE”:
FAMILY AND MATERNITY IN
MISSING PERSON ACTIVISM IN
BRAZIL**

Resumo

Neste artigo analiso as condições históricas do surgimento da militância a partir da trajetória de três mães engajadas na causa do desaparecimento no Brasil. Através de entrevistas semiestruturadas, de pesquisa bibliográfica e de pesquisa documental no *Jornal do Brasil*, exploro as condições de possibilidade para a militância de mães que buscam seus familiares desaparecidos no Brasil. Enfatizo como a emergência da militância esteve atrelada à construção de um drama familiar por meio de atores estratégicos fundamentais como os meios de comunicação e outros movimentos associados à denúncia da violência urbana no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Desaparecimento de pessoas; Família; Maternidade.

Abstract

In this article I analyze the historical conditions for the emergence of activism in the biography of three mothers engaged with missing persons Brazil. Through semi-structured interviews, bibliographic research and documentary research in the *Jornal do Brasil*, I explore the conditions for the possibility of the activism of mothers who seek out their missing family members in Brazil. I emphasize how the emergence of activism was linked to the construction of a family drama through key strategic actors such as the media and other movements associated with the denunciation of urban violence in Rio de Janeiro.

Key words: Missing people; Family; Maternity.

**"EN AQUELLA ÉPOCA NO SE OÍA
HABLAR EN DESAPARECIDO":
FAMILIA Y MATERNIDAD
EN LA MILITANCIA DEL
DESAPARECIMIENTO DE PERSONAS
EN BRASIL**

Resumen

En este artículo analizo las condiciones históricas del surgimiento de la militancia a partir de la trayectoria de tres madres comprometidas en la causa de la desaparición en Brasil. A través de entrevistas semiestructuradas, de investigación bibliográfica y de investigación documental en el *Jornal do Brasil*, exploro las condiciones de posibilidad para la militancia de madres que buscan a sus familiares desaparecidos en Brasil. Enfatizo cómo la emergencia de la militancia estuvo ligada a la construcción de un drama familiar por medio de actores estratégicos fundamentales como los medios de comunicación y otros movimientos asociados a la denuncia de la violencia urbana en Río de Janeiro.

Palabras clave: Desaparición de personas; Familia; Maternidad.